26

Discurso na solenidade de entrega de medalhas de platina de 50 anos de serviço e apresentação dos Oficiais-Generais recém-promovidos

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 15 DE AGOSTO DE 2001

Senhor Vice-Presidente da República, Doutor Marco Maciel; Dona Ana Maria Maciel; Senhores Ministros de Estado; Senhores Oficiais Comandantes; Senhores Oficiais-Generais; Senhoras e Senhores,

Mais uma vez, estamos aqui, neste evento, que é tradicional para os senhores e para mim também. Não sei qual é o número de vezes em que tive o prazer de estar aqui para cumprimentar os Oficiais-Generais recém-promovidos. E é, realmente com muita satisfação, que renovo as minhas felicitações.

Como é de praxe nessas horas, costumo fazer uma breve reflexão sobre o momento que atravessamos e sobre alguns assuntos que são de interesse das Forças Armadas. E o que lhes desejo transmitir, muito brevemente e basicamente, é uma mensagem de confiança.

Nós todos vemos os desafios importantes que estamos atravessando, desde o desafio da crise de energia até a desaceleração da economia mundial, incertezas de ordem financeira que abalam, muito particularmente neste momento, a nossa região. Não obstante, nada disso me afasta, nem vai afastar o Governo, do rumo traçado. Este

rumo é de todos conhecido: o da estabilidade, da busca de um crescimento sustentado, da dificílima solução para as questões de desigualdade social e de combate à pobreza. Isso tudo não são decisões pessoais do Presidente da República. São decisões nacionais. É a vontade do país, que vai na direção da consolidação de avanços na estabilidade, mais do que econômica e financeira, na estabilidade social também, na estabilidade política, em um clima de liberdade, mas também de respeito.

O que nós conseguimos nessa direção é insuficiente, mas, inegavelmente, avançamos. Avançamos, e não preciso estar reiterando aquilo que nós todos sabemos, mas a verdade é que os alicerces do Brasil, hoje, são mais sólidos. No que diz respeito às instituições democráticas, nem se fala. São instituições hoje enraizadas no desejo de todos os brasileiros de que se cumpra esse desejo de uma maneira, eu diria, quase natural, sem que seja necessário, a cada instante, estarmos a reiterar a importância das instituições democráticas.

Da mesma maneira, temos assistido algumas transformações importantes no Brasil. Ainda há pouco, anteontem, eu fui a Boa Vista e também à Venezuela, a Santa Helena de Uairen, para celebrar a transmissão de energia elétrica da Venezuela para Roraima, uma mostra viva de que estamos com uma linha definida no Brasil de fortalecimento da nossa região e de integração crescente desta região com o Brasil e vice-versa. E de uma maneira muito positiva.

No caso específico, só pelo fato de ter estado anteontem – menciono esse exemplo, há muitos anos – em Roraima, é visível que o que era necessário fazer para que nós tivéssemos maior, digamos, integração, não só do Brasil com outros países vizinhos, mas integração nacional – que é, para nós, mais importante –, é que hoje este estado dispõe de uma estrada que liga Manaus a Caracas, passando por Boa Vista, e dispõe de energia elétrica de tal maneira que aquilo que foi o tormento de tanto tempo, das populações que ali viviam, os custos elevados pagos pelo conjunto da população brasileira, sob a forma de diesel subvencionado para gerar energia, é um assunto hoje resolvido. É apenas um exemplo para mostrar que nós vamos nessa direção.

O ciclo de transformações do Brasil não se esgotou. No mundo moderno, nenhum país pode imaginar que o seu ciclo de transformações se esgote, porque vivemos num mundo que é altamente desafiador, exatamente pela criatividade crescente, pelas inovações que são crescentes, no plano tecnológico, no plano científico, no plano das instituições sociais. Por conseqüência, precisamos estar sempre, digamos, preparados para uma adaptação não passiva, senão que uma adaptação propositiva às condições cambiantes do mundo.

Creio que estariam enganados os que pudessem imaginar que nós não estamos construindo um Brasil novo, um Brasil capaz de definir o seu rumo, a despeito de todas as dificuldades existentes.

Hoje, temos melhores condições de planejar, de antecipar o futuro. Se me permitem ainda, tenho uma recordação quase de caráter pessoal. Eu ainda era chanceler, em 92, quando ouvi falar, pela primeira vez, da necessidade de pavimentação dessa estrada de Roraima, a BR-174. Desde então, empenhei-me profundamente para que ela fosse concretizada. E ela foi, com o auxílio dos governos locais e, incisivamente, com o auxílio federal. São oito anos. Digamos, há dois anos já estava pronta.

A interligação com a Venezuela, em termos de energia elétrica, também foi um sonho antigo. Mas nós, hoje, podemos planejar. Planejamos o gasoduto da Bolívia. Não faltou quem se opusesse. Não faltou quem dissesse que seria criar uma dependência grande do Brasil com a Bolívia. Imaginem! Não faltou quem dissesse que não havia gás na Bolívia. De novo, desde chanceler, empenhei-me para que houvesse uma integração através do gasoduto com a Bolívia. Por quê? Porque qualquer pessoa que tem uma certa noção dos processos que ocorrem no mundo, da velocidade na qual eles se processam, sabe que é preciso ter mais e mais fontes de energia. Essas fontes de energia têm que ser buscadas onde estejam. A Europa ocidental foi buscar na Rússia. E assim vai, em todas as partes. Na África, há gasodutos que cruzam o Mediterrâneo para atender a Europa com gás e, eventualmente, com óleo.

O Brasil precisava ter uma política definida. Definida em termos dos seus próprios interesses e nos interesses da região na qual nós nos

inscrevemos. Portanto, uma política que não pudesse ser vista como uma política de exploração, mas senão como uma política de cooperação, que é o que mais assegura não só a nossa prosperidade econômica, mas pode assegurar, também, a paz na nossa região.

Hoje, temos melhores condições de vislumbrar as nossas necessidades para os próximos 10, 20, 30 anos, e ter mais segurança, em termos de avançar em matérias que antes nos punham um tanto intimidados, ainda pensando nas dificuldades que, eventualmente, poderíamos ter se ficássemos dependentes dos nossos vizinhos. Hoje, a noção de interdependência é muito forte, e também toda gente sabe da nossa própria fortaleza, independentemente disto, e do nosso espírito de cooperação. E, portanto, da possibilidade de uma integração que nos seja proveitosa.

Precisamos trabalhar mais nas transformações, como eu disse há pouco. Entre essas transformações, precisamos entender que, no mundo em que vivemos, os marcos regulatórios são muito importantes. Não se trata apenas de fazer um investimento, de uma obra física, mas trata-se de definir em conjunto, quanto possível, com os nossos vizinhos, os marcos regulatórios que vão gerir todos os atos relativos tanto aos transportes, quanto à telecomunicação, quanto à energia, nos vários tipos de energia, para que nós possamos então ter aquele sentido de estabilidade que assegura o investimento mais produtivo. Por isso me referi ao fato de que nós vivemos, hoje, um momento que não é apenas de consolidação de estabilidade econômica em termos do Plano Real e da nossa moeda e da defesa da nossa moeda, mas é muito mais do que isto. Estabilidade no rumo traçado para o Brasil e a construção de vários marcos regulatórios que permitam ver o que é possível fazer e o que não é possível fazer em termos do futuro.

Evidentemente, falta fazer muita coisa no Brasil. Mas a verdade é que o Brasil avançou. Temos que ver não apenas o passado, mas começar a olhar com mais força para o futuro. Nós não podemos imaginar nesse futuro soluções ilusórias ou impossíveis. Muitas vezes, as pessoas olham para trás quando pensam que estou olhando para frente e propõem que se faça no futuro aquilo que estão vendo no retrovisor,

como se a história fosse passível de dar marcha a ré. Não é. Não é passível de marcha a ré, sobretudo no sentido das civilizações, talvez não tanto das culturas, mas das civilizações, aquilo que é produzido como avanço material, como avanço do desenvolvimento tecnológico, como criatividade já corporificada em forma de produção. Não é possível imaginar que se possa estar o tempo todo voltando atrás. O que nós temos que fazer é, a despeito da adversidade – que aqui existe, inegavelmente – em função da globalização, em função do fato de que nós não somos o centro capaz de produzir formas novas de inventos em muitas áreas, de que sofremos muito mais as conseqüências dessas transformações de que somos nós próprios os autores delas, a despeito disto, nós devemos ter a confiança em nós próprios e entender que seremos capazes de defender nossos interesses nacionais e os interesses da nossa população em quaisquer circunstâncias.

Para que isso seja verdade, talvez a transformação mais importante – até ousaria usar a palavra "revolução" mais importante – seja a educacional. Não por acaso, nós nos concentramos, imensamente, na transformação da educação no Brasil e na educação ali onde ela nunca havia chegado: nos mais pobres, nos rincões perdidos do Brasil. Se não tivermos essa capacidade de fazer com que, efetivamente, haja acesso à escola, nós não teremos capacidade, nem no futuro, de termos a iniciativa na proposição de modelo de futuro ou a capacidade da criação de mecanismos de produção e de mecanismos de adaptação que sejam mais proveitosos para nós. Mas, nessa área, temos avançado muito na questão do acesso à educação. Também não preciso reiterar aquilo que se sabe.

Junto com a questão da educação, temos concentrado nossos esforços na questão da saúde, e outra vez para os mais pobres.

A dificuldade daqueles que pensam a longo prazo no futuro do Brasil é que os problemas que têm que ser resolvidos são os problemas para os setores mais excluídos da população, para que nós tenhamos maior homogeneidade na nossa sociedade e maior capacidade no futuro e, crescentemente, capacidade de enfrentar os desafios. Esses alcances que são feitos atingem justamente os que não têm voz,

os que não têm como expressar o que lhes está acontecendo. E aqueles que têm voz, aqueles que lêem, muitas vezes desconhecem porque não foram informados nem da situação anterior, nem da atual, nem das perspectivas de futuro no que diz respeito aos segmentos mais pobres da população.

Quanto à saúde, isso é inegável. Nós criamos, no Brasil, um verdadeiro exército de mais de 150 mil agentes de saúde. Nós tínhamos 20 mil agentes. Hoje, são mais de 150 mil agentes de saúde, com mais de 25 mil equipes, todas elas com médico, com enfermeiros, com pessoas aptas a tratar das populações mais pobres. Quando se verificam os dados do atendimento nas regiões mais longínquas do Brasil – e as Forças Armadas participam disso, sobretudo nas regiões de difícil acesso, como a região amazônica –, sabe-se que há um esforço consistente, persistente, com recursos modestos, como todos nós sabemos, mas também crescentes nessas áreas de saúde e educação para atingir aqueles que mais necessitam.

E os indicadores estão visíveis também. A mortalidade infantil cai, o índice de freqüência à escola aumenta. Aumenta a proporção dos brasileiros que estão na escola. Há o atendimento à mulher, que nunca tinha sido prestado, no campo da saúde, como é prestado hoje. Houve um enorme abandono da questão da saúde da mulher no Brasil. Hoje, isso está sendo revisado de uma maneira profunda.

Em alguns outros momentos, nós vemos com clareza também que o Governo tem se disposto a enfrentar paradas duras: a questão dos medicamentos, a utilização dos genéricos, inclusive para enfrentar aquilo que é a ameaça talvez mais aterrorizadora do mundo contemporâneo, que é a Aids, que tem tido efeitos devastadores em certas regiões, como em alguns países africanos, onde 25%, 30% até 40% da população já é portadora do vírus HIV.

Nós conseguimos isso, no Brasil, através de uma política decidida. Primeiro, de participação, fazendo apelo às próprias organizações da sociedade civil; depois, do uso de recursos públicos, depois de luta pelo oferecimento e pela fabricação, no Brasil, de remédios capazes

de combater a Aids. Nós fomos capazes de conter o crescimento dessa doença no Brasil.

Todas as projeções havidas há dez anos hoje são falsas. Contivemos o crescimento e conseguimos ampliar em muito a sobrevida dos portadores do HIV. E nós conseguimos desospitalizar o tratamento dessas pessoas, de tal maneira que foi possível baratear também o seu custo.

Isso tudo indica que estamos, efetivamente, neste momento, fazendo um esforço grande para reduzir as mazelas do nosso país, incluindo, naturalmente, o nível de pobreza. Alguns indicadores são bastante efetivos. Aproveitei também essa visita de anteontem para, diante de líderes internacionais, que são bastante motivados por questões sociais, mostrar que a reforma agrária do Brasil atingiu uma extensão de terra equivalente a duas Cubas, porque foram desapropriados 20 milhões de hectares de terra. Dentro da democracia, utilizando mecanismos dos Títulos da Dívida Agrária – TDAs e fazendo com que houvesse um mecanismo crescente de oferta de terra.

Ontem, anunciei, aqui neste Palácio, o Pronaf, que é o programa de apoio ao pequeno agricultor familiar. Já temos há alguns anos esse programa. Ontem, anunciei mais de 4 bilhões de reais para que aqueles que estão assentados se tornem, efetivamente, produtores, e não clientes do Estado, não funcionários públicos disfarçados sob a forma de assentados, não sendo verdadeiramente produtivos.

Hoje, ampliamos bastante a assistência técnica e os recursos financeiros necessários para que a produção familiar possa vingar e para que possamos, efetivamente, utilizar esta terra que foi distribuída, de uma maneira que não seja meramente demagógica de dizer: distribuímos a terra. Mas que seja também uma maneira solidária no sentido de transformar aquele que está, a família assentada, em uma família que produz. E, ao fazer isso, demos preferência também à mulher, ou seja, 30% desses 4 bilhões vão ser destinados às mulheres assentadas. Fizemos, também, pela primeira vez na nossa história, a titulação de terra para a mulher e não só para o homem, porque era um preconceito muito grande, de que a mulher não tinha o acesso ao título de propriedade. Agora, ela tem acesso ao título de propriedade e esta-

mos fazendo uma ação afirmativa, fazendo com que 30% desses recursos sejam destinados à mulher.

Isso mostra que há, também, modificações estruturais. Nós não estamos nos limitando a fazer um trabalho assistencial muito importante, no que diz respeito, como mencionei, aos médicos de família, etc., mas estamos modificando aspectos estruturais, porque estamos dando acesso à terra àqueles que não dispunham de terra.

Vale dizer que, nesses anos todos, ao que eu saiba, nunca recebi qualquer proprietário de terra que tivesse vindo aqui para reclamar. Houve a aceitação, por parte da sociedade brasileira, da necessidade da reforma agrária, dentro da democracia e respeitados os direitos. Não aceitamos a invasão de terra. Pelo contrário, baixamos uma medida provisória proibindo que fosse distribuída a terra que tivesse sido invadida. Mas dentro da ordem democrática, houve a aceitação da necessidade de uma repartição melhor da propriedade, mantidos os direitos e, portanto, estabelecidos os mecanismos de ressarcimento para aqueles que eram os antigos donos da terra.

Faz-se, portanto, uma transformação importante. Duvido que haja, em qualquer outro país, nesse momento, uma reforma agrária nos moldes da que estamos fazendo aqui, com o ímpeto da que estamos fazendo aqui e, dentro dos limites, fazendo com que haja uma aceitação desse processo. Vez por outra, como os Senhores e as Senhoras sabem, há excessos, que são coibidos dentro da lei e continuarão a ser coibidos. Mas o que conta não são os excessos. O que a história vai registrar é que o Brasil, realmente, tomou medidas importantes para dar maior acesso à propriedade para aqueles que dela necessitam.

Não descuidamos, por outro lado, de certos aspectos importantes que dizem respeito ao desenvolvimento científico e tecnológico. Criamos vários fundos que estão em funcionamento. Nem todos ainda, mas cinco ou seis deles já estão em funcionamento. Fundos de recursos que se destinam diretamente à inovação tecnológica, à pesquisa científica e à tecnologia. Só o fundo relativo ao petróleo, este ano, está distribuindo mais de 150 milhões de reais para projetos apresentados. Tudo isso sempre através do Ministério da Ciência e Tecnolo-

gia, do CNPq ou de instituições semelhantes. Que sejam projetos inovadores, não só no campo da pesquisa científica, mas da tecnologia. E aí é a diferença importante.

Talvez o Brasil tenha avançado razoavelmente no campo científico. As publicações internacionais que dão conta do número de artigos publicados por brasileiros, ou da citação de artigos escritos por brasileiros em revistas estrangeiras, mostram claramente que nós estamos crescendo numa taxa razoável. Alcançaremos, em pouco tempo, um nível razoável. Só para dar um exemplo bem significativo, nós estamos formando, no Brasil, entre cinco e seis mil doutores, PHDs por ano. Isto é equivalente ao que a Itália faz. Ou talvez um pouco mais do que a Itália faz, em termos de doutores, para não comparar com outros países da nossa região, porque, então, aí a comparação fica extremamente fácil e favorável a nós.

De qualquer maneira, se isso é verdade no campo da ciência, é também certo que no campo da tecnologia, quando se comparam as patentes registradas pela Coréia do Sul, por exemplo, com as patentes registradas pelo Brasil, a disparidade em nosso desfavor é enorme. Porque nós talvez não tenhamos prestado atenção à tecnologia. E a tecnologia não requer, muitas vezes, o ânimo de mudar um paradigma de conhecimento. Na ciência se busca, sempre, uma inovação e, quanto possível, uma inovação que altere os paradigmas de conhecimento. Não é assim na tecnologia. Na tecnologia são pequenos avanços, às vezes de detalhes, mas que têm efeito produtivo muito grande, e que se dão, em geral, na fábrica, no modo de produzir e não no laboratório.

Então, nesses fundos que nós criamos agora, nós não os concentramos apenas nas universidades. Eles estão abertos àqueles que têm a ação produtiva, seja a empresa, seja o Governo, sejam as Forças Armadas, sejam empresas estatais ou, naturalmente, sejam as universidades.

Imagino que, no próximo ano, já vamos poder contar com alguma coisa que se aproxima de 500 milhões de reais, nesses vários fundos de desenvolvimento científico e tecnológico. E, repito, isso advindo de uma pequena taxa que se colocou, basicamente, nas

atividades que foram privatizadas, como é o caso do petróleo, em que não houve privatização, mas houve a abertura do mercado e, portanto, existe aí uma taxa a ser paga.

E só no que diz respeito à telefonia – e não estou computando os recursos da telefonia nesses 500 milhões que me referi – nós temos um fundo chamado Fust–Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações. Assim que o Congresso aprove a lei necessária, complementar à que já foi aprovada por ele na criação desse fundo, nós vamos dispor de alguma coisa que vai se aproximar de 1 bilhão de reais, no próximo ano, para generalizar o acesso aos computadores e, eventualmente, a ligação à Internet nas escolas brasileiras, nos hospitais, nos postos de saúde, nas organizações comunitárias, e onde mais seja, para que nós possamos, efetivamente, transformar o Brasil num país apto para interagir com os grandes problemas do mundo contemporâneo.

É óbvio que esse Brasil tem que continuar avançando, como diz o próprio nome do programa que engloba todas essa questões, que é o Avança Brasil. Nós não podemos mais aceitar que as estruturas políticas, arcaicas, as formas econômicas arcaicas, prevaleçam sobre o novo Brasil. Essa é uma visão retrógrada da sociedade. Já não pode mais ser aceita.

Então, o nosso desafio efetivo é o de transformação de todas essas dimensões da nossa sociedade, em termos de uma modernização que não seja meramente uma modernização para pouco, mas que permita haver um aproveitamento dessas novas formas de interação no conjunto da sociedade. Que ela, efetivamente, possa ser absorvida progressivamente pelo conjunto da sociedade, fortalecendo constantemente a cidadania e ampliando a democratização. Difícil! Difícil, mas necessário. Necessário e requer, como nós estamos tentando fazer, levar adiante transformações na forma de gestão, sobretudo na gestão da coisa pública, na gestão do Estado, na gestão do Governo brasileiro. Nessa matéria, temos feito um esforço grande na criação precisamente das agências reguladoras, de substituição de velhas formas de controle por novas formas de controle.

Temos visto aí a atividade do Congresso Nacional como uma atividade fiscalizadora imensa, o Governo não pondo qualquer obstáculo a essa fiscalização, ao contrário, apenas não permitindo, quando possível, que haja uma transformação da legítima forma de análise e fiscalização em forma de exploração política em palanque eleitoral. É a única restrição. Fora disso, as fiscalizações são as mais amplas possíveis. Os mecanismos internos no Estado, de fiscalização também, não apenas em função da corrupção, que nós todos temos que combater, e estamos combatendo, mas do desperdício, da incompetência, da falta de avaliação, de programas que se repetem não se sabe para quê e da resistência, que ainda existe, na mentalidade antiga, da análise feita por terceiros do julgamento e da avaliação. São processos de mudança cultural que requerem um esforço muito grande. Obviamente, esse processo todo está sendo progressivamente, também, realizado, incorporado pelas Forças Armadas.

As Forças Armadas em um país democrático como o nosso, e uma instituição democrática, como são as nossas Forças Armadas, não se separam do conjunto da sociedade e estão passando por todos estes processos com as mesmas dificuldades do conjunto do país: falta de recursos; falta muitas vezes de capacitação efetiva para cumprimento de certas funções; dificuldade no plano tecnológico; dificuldade de aparelhamento, etc., etc. mas estão avançando. Com todas as dificuldades, em alguns setores pelo menos podemos avançar. Espero, e estou lutando por isso, para que o Sivam seja concretizado até o final do meu mandato, para que nós possamos, realmente, colher os frutos do Sivam e do Sipam até o final do meu mandato. Aqueles que trabalham mais próximos a mim sabem o quanto esse programa, que não foi iniciado por mim – foi no Governo anterior ao meu –, me custou para lutar contra as incompreensões no Congresso e na opinião pública a respeito da importância do Sivam e toda sorte de fantasmagorias levantadas ao redor dele. De modo que, tendo me empenhado a fundo para que ele existisse, gostaria muito de vê-lo completado ainda na minha gestão.

Tenho um compromisso com o Brigadeiro Carlos Batista, que aqui está – só não cobra todos os dias porque é muito educado, mas

de vez em quando cobra –, de levarmos adiante o reaparelhamento da nossa Força Aérea. Nós estamos dando alguns passos importantes nessa matéria também com dificuldades. Tudo é com dificuldade, mas nós estamos dando passos importantes e vamos avançar.

Foi possível, por outro lado, no que diz respeito à nossa Marinha, haver a substituição do nosso porta-aviões. Tive o gosto de viajar do Rio para São Paulo. Não foi a primeira vez que viajei. E tive muita satisfação de ver a incorporação do antigo porta-aviões Foch à nossa Marinha, sob o nome, agora, de São Paulo. E sei do que está sendo feito em termos da aviação embarcada, problema que era bastante antigo no Brasil e que estamos conseguindo resolver.

Quero dar uma palavra muito especial ao nosso Exército, que necessita de um esforço adicional por parte do Governo no que diz respeito ao reequipamento. O comandante do Exército, o General Gleuber, pessoa com que sempre que posso converso a respeito dessas questões, tem tido a compreensão de que é essencial para o bom desempenho do Exército, que a Força Aérea disponha de meios de transporte adequado. Teve a compreensão de ver que nós fizemos um esforço inicial em repor condições para a Força Aérea, antes mesmo de atender outras demandas que são importantes do nosso Exército. Nós nunca tivemos a possibilidade de uma modernização global da nossa força de terra. Mas usando a expressão do General Zenildo, sempre tivemos a preocupação de manter ilhas de modernidade, de tal maneira que houvesse o treinamento adequado e um material adequado em certos setores que são importantes, para mostrar que nós temos a capacidade de avançar. E vamos, também, continuar nessa trilha, tratando de ver de que forma resolver a questão de reequipamento, que é tão importante, na força terrestre.

Por fim, queria mencionar e agradecer, mais uma vez, a compreensão que recebi de todos nessa matéria, sob a chefia do Ministro Geraldo Quintão. Criamos o Ministério da Defesa em moldes brasileiros. Criamos, depois de longuíssimas discussões, proveitosas, pacientes, para que a forma de integração definida aqui seja nossa. E não seja uma cópia, nem seja uma, digamos, moda eventual.

Hoje, o Ministério da Defesa funciona em franca harmonia com os comandantes militares e com as tropas que eles comandam, e subordinados, naturalmente, ao comando do povo, que se exerce por meu intermédio, como comandante supremo das Forças Armadas.

Acredito que, por todas essas razões, e pela preocupação que nós temos com a integração nacional, uma preocupação muito especial com a Amazônia, talvez nenhum Presidente da República tenha estado tantas vezes na Amazônia quanto eu estive. Já perdi a conta de quantas vezes fui à Amazônia. Fui porque gosto. Mas fui também por razões simbólicas, para mostrar que o Brasil se preocupa com a Amazônia.

Nós todos temos uma preocupação grande de mostrar que temos condições de desenvolver a Amazônia. Uma forma de desenvolvimento sustentado, que respeite o meio ambiente. Mas essas definições são nossas. Temos tido a preocupação permanente de, no relacionamento com os nossos vizinhos amazônicos – alguns dos quais com muitos problemas relativos à própria segurança pública, à própria ordem constituída nesses países –, nós sempre tivemos também o cuidado de ter uma política de absoluta determinação da nossa parte, no que diz respeito ao que fazer e como fazer, tanto quanto ao espaço aéreo quanto, com muito mais força ainda, no que diz respeito ao espaço fluvial ou territorial.

O fato é que nós temos conseguido com todos os percalços aos quais já me referi, e essas formas de transformação que estão passando pelo Brasil – fazer com que as nossas Forças Armadas se identifiquem com esses processos, não no sentido político de se identificar com uma política de uma pessoa ou de um governo, mas no sentido nacional, de uma identificação com o Estado, com as responsabilidades permanentes que tem esse Estado para com a Nação. E no sentido da compreensão, muitas vezes, de que não se pode fazer tudo que se deseja num dado momento, mas nós temos rumo e vamos continuar neste rumo. E este rumo é o rumo de mais mudanças. O Brasil precisa ter energia para continuar mudando, continuar avançando.

Tenho certeza, e com isso termino essas breves palavras, de que os senhores que foram promovidos para funções de maior responsabilidade, neste momento, vão continuar a ser depositários da confiança do País e podem, também, ter confiança, como sempre tivemos, em que trabalhando, tendo rumo, nós vamos continuar a construir uma grande nação.

Muito obrigado.